

O espaço público e a participação feminina

A construção que segue visa a tematizar a constituição de sujeitos que buscam possivelmente *fazer parte da rede*, moldados pela lógica fluida e dinâmica pós-moderna mas certamente também há aqueles que pretendem tornar-se sujeitos de *facto*, usando uma expressão de Bauman (2001), e empenham suas energias na construção da sua autodeterminação, pautada na responsabilidade coletiva. Trata-se da face pública do envelhecimento feminino que coloca questões importantes sobre a sociabilidade da mulher idosa ao reorientar padrões de comportamento no âmbito das relações socioculturais e familiares.

Para compreender melhor essa questão, além das construções teóricas já contempladas neste trabalho, é pertinente uma retomada das lutas sociais da mulher, para o que o feminismo foi determinante.

Com o propósito de entender se o movimento social de mulheres, na velhice, é, em alguma medida, influenciado pelas construções que orientaram ou orientam as pautas femininas nos seus movimentos libertários, busquei uma retomada de elementos conceituais que fundamentam algumas análises.

Essas considerações são importantes no contexto das reflexões que pautam este estudo, uma vez que nos ajudam a entender as mudanças que se verificam no universo individual e social da mulher idosa, na contemporaneidade.

Os motivos da ruptura de padrões socioculturais e políticos que levam essas mulheres a uma nova visibilidade e protagonismo social podem ter alguns vetores de explicações relevantes, tais como as manifestações produzidas pela lógica do mundo globalizado que potencializa um sujeito para si; a orientação teórica do feminismo ao colocar no universo da mulher elementos de reação a situações de opressão; os processos interativos que se manifestam no espaço público, fomentadores do exercício democrático, da luta política, mas também da segurança afetiva e do usufruto do lúdico.

5.1

O público e o privado na perspectiva do feminismo

Como vimos na abordagem sobre o conceito de Espaço Público, este, na sua gênese, ao mesmo tempo que é erigido como lugar de visibilidade, de defesa de interesses e de luta contra o poder estabelecido, exclui a participação feminina. Uma das lutas das mulheres passa a ser a de pertencer a essa esfera, o que se dá pelo uso da palavra proferida em público, ou seja, como afirma Perrot (2005, p. 326):

[...] o feminismo criou um espaço de palavra feminina, admitida, a partir de então, com maior ou menor condescendência [...]. Apropriar-se do discurso e dominá-lo era apropriar-se do mundo e tentar o esboço de uma revolução simbólica inacabada que está no centro do movimento das mulheres [...].

O entendimento desse deslocamento privado x público requer uma incursão sobre alguns traços do feminismo, uma vez que ele pode ser considerado como um fermento que impulsionou as principais conquistas e é um demarcador importante no contorno do lugar social da mulher na sociedade atual.

Um dos principais focos analíticos atribuídos a essa questão diz respeito à relação entre produção e reprodução da vida. De um modo geral, pode-se atribuir à esfera da produção, a produção de bens e à da reprodução, a produção de seres humanos. Na opinião de alguns autores, essa é uma questão importante e a *chave analítica* para situar o trabalho doméstico no âmbito das relações sociais mais gerais. O valor do trabalho doméstico se expressa, então, pela produção de uma mercadoria fundamental ao desenvolvimento do capital: a força de trabalho (FAUSTO NETO, 1982; ROSEMBERG; BRUSCHINE, 1982).

Nas considerações de Araújo (2000), a análise sobre a alienação constitui contribuição importante para entender o papel que o trabalho doméstico veio a assumir no processo de produção da vida material à proporção que os processos de trabalho ganham aparência naturalizada, tornando-se gradativamente elementos ‘coisificados’ e exteriores aos indivíduos que os compartilham. O conceito de alienação permite mostrar como as relações e a divisão de trabalho entre homens e mulheres também se apresentam naturalizadas, ganhando aspecto ‘a-histórico’, fixo e dicotômico.

Outro aspecto que merece destaque nessa abordagem é o papel da ideologia, ferramenta fundamental para a compreensão do mundo a partir da condição de inserção dos sujeitos. A dimensão simbólica e a possibilidade de ampliação do olhar para entender a dominação na prática social e na subjetividade humana permitem o deslocamento do entendimento de gênero para além da identidade masculina e feminina.

O marxismo influencia o movimento feminista notadamente no que se relaciona ao lugar da mulher na reprodução da força de trabalho. Essa incorporação reflete-se nos movimentos feministas, principalmente nas décadas de 1960/1970.

Na perspectiva marxista, a família, além de suas funções de subsistência e procriação, é também uma unidade de consumo, ou seja, o papel social da mulher, como mão-de-obra duplamente explorada, é desvendado na lógica capitalista e transformado em bandeira de luta dos movimentos feministas que se constituem em vanguarda nos movimentos libertários que eclodem no mundo.

É nessa perspectiva revolucionária, com base numa teoria da opressão, que se desenvolvem os movimentos feministas, cuja dimensão contestatória e política é resultado da incorporação dos pressupostos marxistas.

Os estudos sobre a condição da mulher, contudo, ampliam-se nas décadas posteriores e com eles, a necessidades de aportes teóricos que contemplem outras dimensões das questões femininas. São levados em conta os aspectos mais diversos, como culturais, literários, sociais, históricos e psicológicos, entre outros. As categorias *gênero*, *relação de gênero e feminismo*, como entes construídos culturalmente, isto é, como elementos simbólicos, remetem ao *corpus* teórico da sociologia da cultura. São, então, apropriadas algumas matrizes conceituais de Max Weber, principalmente o conceito de relação social (BENOIT, 2000).

Para Benoit (2000), com o paradigma Weberiano de *relação social*, a categoria *gênero* delimita o estudo da questão da desigualdade feminina às significações que são construídas nas relações entre indivíduos, especificamente, entre *mulheres* e *homens*.

Ainda no âmbito da sociologia da cultura, Benoit (2000, p. 81) enfatiza a proximidade do conceito de gênero com “[...] certas categorias Simmelianas, em particular, às chamadas ‘formas de associação’”. Simmel (2006) explica ‘associação’ como uma espécie de síntese frágil de tendências opostas. Para ele,

[...] as relações sociológicas são condicionadas de modo absolutamente dualista: a união, a harmonia, a cooperação, que valem enquanto tais como forças socializantes, devem ser atravessadas pela distância, a concorrência, a repulsão, para dar lugar às configurações reais da sociedade (BENOIT, 2000, p. 81).

De acordo com essa abordagem, ao respaldar-se na formulação simmeliana, as relações de gênero são, então, pensadas, de certo modo, como oposição não-contraditória e apenas relativa. Ao assumir e enraizar-se na compreensão weberiana e simmeliana das oposições sociais, a categoria gênero se distancia da teoria marxista clássica. Porém, a apropriação tanto da corrente marxista quanto da culturalista passa a ser questionada na explicação da questão feminina.

Quanto à primeira, Araújo (2000) aponta como limitações: o reducionismo econômico na análise sobre a opressão da mulher; a apropriação simplificada pelo movimento marxista, ficando a dimensão do sexo diluída nas relações de classe; ausência de enfoque mais aprofundado sobre o impacto da subjetividade e da ideologia na construção social dos lugares de homens e mulheres.

As bases da sociologia da cultura também são questionadas. Se, de um lado, ajudam a entender algumas dimensões, de outro, deixam em aberto uma questão central para Marx, visto que

[...] a análise e a síntese teórica das relações sociais não podem ter como elemento essencial as significações que os indivíduos lhes atribuem, ou seja, as realidades discursivas da consciência. Aquilo que os indivíduos pensam não coincidem, em geral, com o seu real. Portanto, do ponto de vista de Marx, pode-se dizer que os estudos atuais sobre o feminino, ao tomarem construções simbólico-sociais de gênero como fio condutor de suas análises, recaem no engano comum a todas as manifestações do idealismo conceitual (BENOIT, 2000, p. 83).

Se não é pacífica a base conceitual que predomina para explicar a história social das mulheres, torna-se premente uma questão: o que há de novo no horizonte da teoria

social para compreender as questões decorrentes das novas exigências do mundo contemporâneo? É sobre esse ponto que procuro refletir em seguida.

Conforme se constata, a perspectiva revolucionária assume contornos reformistas, e o feminismo dá lugar aos estudos de gênero em que a questão da mulher assume novos focos de análise.

Na sua fase mais contemporânea, a política de identidade e a dimensão da cultura ganham relevo nas abordagens sobre a questão da mulher. Trata-se do *pós-feminismo*.

Castro (2000, p. 102) faz uma síntese precisa quando diz que, na década de 1980, tender-se-ia a marginalizar as análises sobre trabalho e gênero em favor de práticas culturais, dos significados do corpo, dos prazeres. Destaca que na esteira do desencanto com projetos emancipatórios, com o retrocesso do *socialismo real*, a estrutura social do capitalismo em classes perde intensidade de referência na produção feminista em favor de análises “[...] da vida social em termos de contingências, relações de forças locais, identidades microterritorializadas em discursos, ressaltando-se discursos por representações”. Para essa autora, nos países de capitalismo avançado, destaca-se, na academia, um feminismo culturalista, não no sentido gramsciano, mas na atenção à cultura que colabora na sustentação do neoliberalismo – o individualismo narcísico, o desmantelamento do associativismo na classe, o incentivo à indiferença social e à competitividade.

A abordagem até aqui desenvolvida remete-nos às bases teóricas que vêm sustentando os movimentos da mulher. O marxismo, passando pela teoria da cultura, e as teorias identitárias demarcam o percurso histórico que permitiu os deslocamentos que, não obstante as lacunas, conforme problematizado, possibilitou à mulher uma redefinição de sua pauta no âmbito das relações familiares, do trabalho e das relações sociais mais amplas.

5.2

Os espaços de participação e a natureza das práticas associativas das mulheres no estado do espírito santo

Os espaços onde se dão as práticas associativas das mulheres, alvo deste estudo, revestem-se de algumas características quanto à sua natureza e contornos institucionais, com fragilidades programáticas, mas com um profundo significado para os seus integrantes. Esses significados, que serão aprofundados no decorrer deste trabalho, possuem uma dinâmica e uma singularidade que os tornam ferramenta imprescindível no lugar social da população idosa, em que os processos participativos – com alcances diferenciados – são os grandes impulsionadores das mudanças que se dão nos movimentos sociais em curso. Nesse sentido, a perspectiva das relações menos assimétricas evidenciadas na nossa ainda frágil concepção e prática democrática se constitui em um elemento inovador no contexto das relações sociais que se erigem no interior desses movimentos. Sabemos que essa prática democrática é uma institucionalidade que se constrói em meio a contradições e desafios tão característicos da nossa tênue e jovem história participativa, mas que se constitui num divisor de águas quanto à qualidade que se espera dos processos societários.

Os espaços públicos de participação das mulheres entrevistadas devem ser entendidos nas contradições acima expostas e com base nas enormes possibilidades que o exercício democrático coloca para a constituição de sujeitos autônomos. As dificuldades que se constata para o exercício político são contrabalançadas pela pulsão e pelo gosto dos processos interativos puros – tema que será tratado na sequência deste trabalho.

Os espaços de participação das mulheres entrevistadas, selecionados para a pesquisa, foram: Grupos de Convivência; Universidade Aberta à Terceira Idade, da UFES (e Programas de Extensão de algumas Faculdades particulares); Grupos de Atividades Socioculturais; Fórum Pró-cidadania do Idoso de Vila Velha e Conselhos de Defesa de Direitos da Grande Vitória. Sabemos que esses grupos se inserem em uma institucionalidade criada pelo poder público e atendem a interesses ou necessidades decorrentes de um marco legal, demandas sociais, interesses na amortização de conflitos sociais ou na própria incapacidade de o Estado dar respostas às questões societárias que mantêm a exclusão e a desigualdade. Sabemos que muitas dessas institucionalidades se colocam dentro de uma ação de efeitos superficiais e pontuais, mas necessárias à racionalidade político-administrativa. Em contraposição, podem-se qualificar esses espaços como conquistas decorrentes de lutas sociais pela ampliação das pautas democráticas e do acesso a direitos e à proteção social.

Cada um com suas especificidades, os grupos ou espaços mencionados respondem aos interesses e abrigam os projetos mais imediatos da população idosa (ativa) no que se relaciona aos processos interativos e a outras buscas. Entre essas, o investimento no prazer e o desejo de pertencimento a um ambiente social pouco exigente do ponto de vista de demandas desafiadoras – no que se refere a lutas por mais poder ou direitos.

Afirmar, anteriormente, que a natureza dos “lugares” de participação das mulheres tomava a forma de um mosaico por apresentar características dos vários espaços conforme conceituação dos autores selecionados. Retomo, à guisa de reforço, o sentido maior (mas não único) desses espaços para as participantes, que se dá na perspectiva comunitária, conforme nos apresentou Bauman (2003); ou da *intersubjetividade partilhada*, seguindo o construto de Habermas (2003, p. 93), em que “[...] o espaço de uma situação de fala, compartilhado intersubjetivamente, abre-se através das relações interpessoais que nascem no momento em que os participantes tomam posição perante os atos de fala dos outros”; ou ainda da busca de visibilidade e pertencimento, como nos mostra Arendt (1997, p. 32), ao afirmar: “[...] nenhuma vida humana, nem mesmo a vida do eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um mundo que, direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos [...]”, pois “[...] a presença de outros que vêem o que vimos o ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos” (ARENDT, 1997, p. 60).

Faz-se oportuna uma caracterização geral desses espaços, importante nessa abordagem por nos permitir entendê-los na sua constituição e efetividade no processo histórico e na trajetória participativa das mulheres. Tem-se claro, de antemão, que são espaços demarcadores de diferenças em relação aos tradicionalmente ocupados, ligados à religião, às vizinhanças e parentelas, ou seja, são espaços que se constituem por um processo social inovador, independentemente da sua orientação normativa ou política.

Nesse item, acentuamos as características constitutivas dos citados movimentos para situarmos os pontos de convergência e as particularidades que poderiam demarcar o posicionamento diferenciado no que se refere aos reflexos deles para as mulheres entrevistadas, o que, na verdade, não fica muito evidente, conforme demonstrado na pesquisa.

5.2.1

Os Grupos de Convivência

A história dos Grupos de Convivência no Espírito Santo³⁴ data da década de 1970 e decorre de políticas sociais de atendimento ao idoso em âmbito nacional. As medidas de proteção e assistência aos Idosos de forma direta eram prestadas pelo Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) de Vitória, subordinado à Secretaria Regional de Bem-Estar.

O Programa de Promoção Social do INPS atendia a pensionistas e aposentados sem delimitação de faixa etária, iniciando em 1975, a nucleação de grupos. O referido programa era executado por Assistentes Sociais e Recreadoras e as atividades voltadas para o lazer: jogos de salão, excursões, festividades diversas, trabalhos manuais (bordados e pintura em tecido), atividades de educação (alfabetização), reuniões de Serviço Social com palestras sobre temas diversos e atendimento de auxílio econômico e financeiro (órtese e prótese, medicamento e instrumental de trabalho).³⁵

A Secretaria de Estado da Cultura e do Bem-Estar (SEBS), para fazer executar o Programa Ação Social e Comunitária no ano de 1976, iniciou uma forma indireta de prestação de serviços assistenciais mediante a dinamização da rede de entidades sociais no Estado, para as quais, além de prestar orientação técnica, transferiu recursos financeiros, desempenhando uma função de supervisão³⁶. Conforme informações de relatórios, para cumprir seus objetivos, houve a dinamização de algumas atividades, entre elas, o atendimento ao idoso.

Esse trabalho passa a ser desenvolvido de forma integrada ao centro de Serviço Social do INPS a partir de 1977. É definida, então, uma política para a população idosa, atendendo à política governamental em que a SEBS, integrando-se ao INPS, implantou o Programa de Atendimento ao Idoso (PAI) no Espírito Santo. As atividades dos

³⁴ SILVA, Adriana; PENHA, Kelid; CELESTINO, Maria Goreth. **O processo de organização dos idosos em Vila Velha: uma história em construção**. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1999.

³⁵ BRASIL. Ministério da Assistência Social; FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **O Atendimento à pessoa Idosa no Espírito Santo**. Vitória, 1993.p. 7.

³⁶ ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura e do Bem-Estar Social. **Relatório Anual de Atividades**. Vitória, 1976.

grupos, de modo geral, eram voltadas ao lazer, como respostas aos interesses maiores demandados pelos idosos.

Com a integração da Fundação Legião Brasileira de Assistência (FLBA) ao Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) em 1979, esta passou a ser o órgão encarregado de executar a Assistência Social no País, tendo como um dos objetivos “[...] promover uma imagem favorável do idoso, evitar sua marginalização e integrá-lo à família e à sociedade” (SILVA; PENHA; CELESTINO, 1999).

De acordo com Silva; Penha; Celestino (1999), o trabalho com a população idosa, até 1986, era executado diretamente pela FLBA, que gradualmente assumiu a execução indireta, implicando supervisionar, visitar periodicamente os Grupos e oferecer treinamentos e orientações.

O trabalho direto com essa população passou a ser realizado por órgãos estaduais, municipais e particulares mediante convênio com a FLBA.

A Secretaria Estadual de Bem-Estar Social (SETAS) e a FLBA dão continuidade à formação e dinamização de Grupos de Idosos com o objetivo de “[...] elevar o grau de convivência social dos idosos, ocupar horas ociosas e implementar ações que restituíssem o ‘senso de utilidade’ e participação do mesmo” (SILVA; PENHA; CELESTINO, 1999, p. 65).

O Programa de Atendimento ao Idoso, a partir de 1990, com base no artigo 230 da Constituição Federal, passa a pautar a sua proposta de ação nos seguintes objetivos (SILVA; PENHA; CELESTINO, 1999, p. 66):

Proporcionar ao idoso oportunidade de ocupação das horas ociosas, de forma a restituir-lhes o senso de utilidade e de participação responsável, capacitando-o para integrar as programações mais amplas.

Orientar o processo de relacionamento idoso-família, de forma a garantir a sua integração e permanência no grupo familiar, bem como apoiá-lo em situação de abandono.

Elevar o grau de convivência social do idoso, estimulando-o à formação de novas amizades e à melhoria do relacionamento interpessoal.

O Programa de Atendimento ao Idoso, após a extinção da FLBA no Governo Collor, passa a ser coordenado pela Secretaria Estadual de Ação Social. No plano municipal, as Secretarias Municipais de Ação Social passam a assumir o desenvolvimento dos trabalhos com os grupos, geralmente disponibilizando profissionais (Assistente Social, Professor de Educação Física e Professor de Educação Artística) para orientar os trabalhos que seguem com o modelo teórico-metodológico, voltados para ações sociorecreativas e culturais. No Espírito Santo, a maioria dos grupos está localizada nos bairros, que aproveita uma estrutura comunitária local para desenvolver as atividades.

Essa retomada histórica é importante por mostrar que as ações voltadas para esse segmento, por órgãos públicos, pautaram um modelo que permanece até hoje, não obstante a introdução de algumas propostas decorrentes de inovações no campo das políticas sociais, entre as quais as voltadas para a aquisição de direitos – fruto de conquistas mais recentes.

5.2.1.1

Os Grupos de Convivência de Vitória (ES) ³⁷

Para efeitos de ilustração, será apresentada, a seguir, a proposta de ação dos Grupos de Convivência de Vitória, como uma das mais antigas e estruturadas institucionalmente no Estado.

Em Vitória, os primeiros Grupos de Convivência foram implantados em 1986, num convênio entre a Prefeitura e a LBA. Em 1993, houve uma expansão para 9 e, em 1994, para 12 grupos. Em 1996, já havia 22 e, atualmente (2007), 34 grupos estão implantados.

Nos encontros semanais, os idosos participam de atividades físicas, com exercícios específicos para essa faixa etária, oficinas de artes, palestras e atividades culturais. A equipe técnica é formada por assistentes sociais, professores de educação física,

³⁷ PRADO, Tânia M. B. **Participação**: um estudo sobre idosos. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

educação artística e estagiários do Curso de Serviço Social, que atendem pessoas acima de 60 anos.

O objetivo geral desses grupos³⁸ é

Assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade conforme propõe a Política Nacional do Idoso, e os objetivos específicos assinalados, são: incentivar a socialização do idoso em sua própria comunidade, oportunizar a convivência grupal, proporcionar o aprendizado e/ou aperfeiçoamento de trabalhos manuais, implementar atividades que proporcionem melhoria da renda familiar, proporcionar conhecimento corporal e a realização de exercícios físicos, além de atividades recreativas e de lazer na rotina diária de vida. É ainda proposto o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais, cursos, eventos e seminários, subsídio à formulação da política municipal do idoso, a manutenção de parcerias com outras secretarias da área social da PMV, e instituições externas com vistas a orientar e favorecer o acesso do idoso aos bens e serviços da comunidade (VITÓRIA (ES), 1998 apud PRADO, 2006, p. 71).

Ainda conforme dados oficiais, para o desenvolvimento social são realizados atendimento individual, trabalhos de acompanhamento, palestras educativas, dinâmica de grupo, relações com a família e a comunidade; para geração de renda, são propostas oficinas de produção e capacitação para atividades produtivas. Conforme documentos, além dessas ações, são promovidas atividades artísticas (pinturas, bordado e tapeçaria, entre outras), físicas e esportivas, educação permanente (como alfabetização e capacitação de líderes).

Evidentemente que as discussões sobre direitos de cidadania e participação social do idoso passam a fazer parte da programação dos grupos, mas a tônica empreendida é o desenvolvimento de atividades de lazer e entretenimento. Essa questão tem dividido opiniões: para muitas pessoas, as atividades dos grupos de convivência são adequadas, considerando que essas pessoas já trabalharam muito e agora, finalmente, podem usufruir o seu tempo livre com atividades prazerosas; para outras, as atividades infantilizam e tutelam os idosos, colocando uma cortina de fumaça, impedindo o avanço no seu processo de autonomia e tornando-os facilmente *massa de manobra* que muito serve a determinados interesses políticos.

³⁸ Confronte VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Ação Social. Divisão de Atendimento a Grupos Especiais. **Projeto 3ª. Idade**. Vitória, 1998.

No caso particular do estudo dos grupos de Convivência de Vitória, Prado (2006, p. 79) analisa a gestão desses grupos tendo em vista a participação dos idosos. Diz a autora: “[...] esses modelos participativos, que nos discursos e na elaboração de políticas, programas e projetos institucionais aparecem de maneira tão imponente, na implementação da proposta encontra grandes entraves”. Cita os condicionamentos históricos, culturais, sociais e econômicos que colocam grandes desafios para gestores e técnicos empenhados nesse empreendimento. Pondera que, muitas vezes, essa intenção *participativa* fica registrada somente na proposta. No seu estudo, Prado (2006) identificou a relação existente entre a proposta da estratégia metodológica e a efetivação da participação do idoso na gestão do programa. Afirma que, para os entrevistados, esses espaços são adequados para participação, tendo em vista que, nos encontros semanais, é privilegiada a experiência de todos por meio de um ambiente solidário, estimulando a verbalização na troca de conhecimentos e a redução das barreiras culturais, intelectuais e financeiras. E que o respeito às diferenças é garantido.

A autora destaca a atitude de sublimação dos grupos de convivência pelos participantes. Considera que a gestão participativa nos programas voltados para os idosos se constitui num grande desafio: a horizontalização e socialização das decisões, por meio das lideranças, são um elemento que pode contribuir muito positivamente para essa caminhada em direção a uma gestão participativa de fato. Mas, de acordo com a sua pesquisa, essa estratégia está incipiente na prática. As lideranças – geralmente sem capacitação – têm dificuldades de entender o seu papel. Isso pode contribuir para explicar a dificuldade dessas lideranças em traduzir a vontade do grupo. Nos relatórios de atividades e nas falas dos entrevistados de sua pesquisa, “[...] emerge uma fragilidade do processo participativo. A partilha de decisões no planejamento, na execução e na avaliação do programa, não está explícita” (PRADO, 2006, p. 81).

A realidade evidenciada na pesquisa de Prado (2006) é uma reprodução do que ocorre nos demais grupos de Convivência. Observe-se que os Grupos de Vitória são os mais estruturados, têm um acompanhamento e orientação permanente de profissionais, o que não ocorre com a maioria dos grupos de outros municípios da Grande Vitória ou do interior do Estado. Sem acompanhamento sistemático ou investimento em capacitação ou processos educacionais que elevem a capacidade crítica ou propositiva dos Grupos, estes se mobilizam e se dinamizam em torno de questões mais próximas do seu

cotidiano, conforme será tratado na análise dos dados da pesquisa. Nessa abordagem, o meu interesse maior é na caracterização institucional dos espaços, para que possamos melhor entender a natureza do protagonismo que se evidencia na rotina dos movimentos. De qualquer forma, cabe o registro ou a reafirmação de que, em muitos casos, esses grupos compõem a resposta institucional para a questão da velhice. O interesse manifestado pelos participantes encontra eco no poder público (ou vice-versa) quanto à promoção de atividades festivas e/ou cívicas, e um aspecto que pode ser evidenciado é a promoção do Concurso de Miss Terceira Idade, como uma das principais ações mobilizadoras do segmento – participantes de grupos – em âmbito estadual. Sem entrar na discussão dos efeitos que recaem sobre a subjetividade dos *concorrentes*, muitas questões perpassam o investimento público em atividades dessa natureza, não raro como uma das ações para a qual muito tempo e recurso é consumido, sem o mesmo peso em outras atividades voltadas para a formação ou a proteção social. Como se observa, o investimento no prazer amortiza as tensões e promove a ação pública, adiando as reais questões que se colocam no enfrentamento da problemática.³⁹

5.2.2

A Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI)

Os modelos de Universidades para a Terceira Idade, no Brasil, incorporam nas suas origens, a proposta pioneira criada na França na década de 1970: as Universités du Troisième Age (UTAS). Estas surgiram com o objetivo de tirar os idosos do isolamento, proporcionar-lhes saúde, energia e interesse pela vida e modificar sua imagem perante a sociedade. Esses espaços vieram preencher uma lacuna na vida de pessoas mais longevas que dispunham de um tempo livre que poderia ser ocupado com atividades criativas, diversificadas e produtivas. As UTAS aparecem como possibilidade de atividades educacionais centradas na participação e preparação para re-inserção dos idosos na sociedade e, se necessário, para intervenção em seus problemas. As Universidades Abertas têm como características essenciais o seu caráter, associado ou integrado às Universidades. Assim, além de contribuírem para elevar o padrão

³⁹ Esta observação é feita no que se relaciona aos projetos de atuação específica para o segmento idoso pelo Poder Público, em que os Grupos de Convivência se colocam como um dos principais programas, não entrando nessa análise, naturalmente, os programas assistenciais decorrentes de políticas definidas em lei.

sociocultural e coletivo da população idosa, as pesquisas partem da própria experiência como atividade formativa. Mesmo chamadas de Universidades, tais instituições caracterizam-se, na sua maioria, como cursos ou atividades de extensão e aperfeiçoamento. Inúmeras universidades européias de terceira idade emergiram de universidades convencionais, integrando-se totalmente a elas; outras só mantêm relações de pesquisa, de colaboração científica, de ensino e de ação social; outras ainda apresentam o triplo objetivo atribuído às universidades em geral, ou seja, ensino, pesquisa e extensão (PALMA, 2000).

Na origem, dois modelos de universidade se tornam referência: o modelo francês, que tem suas bases no sistema tradicional universitário e recebeu alterações à medida que a clientela se tornou heterogênea, passando a ser oferecido também por outras instituições e o modelo inglês, criado em Cambridge, em 1981. Nesse, baseado no ideal de auto-ajuda, as pessoas podem atuar tanto na condição de alunos quanto de professores (CACHIONI, 1999; PALMA, 2000).

No Brasil, as primeiras iniciativas interessadas em promover uma velhice bem sucedida datam da década de 1960, com o trabalho pioneiro do SESC-São Paulo. Este iniciou suas atividades para os associados idosos com os grupos de convivência, cujos programas de lazer se voltavam para o preenchimento do tempo livre, seguidos pelas escolas abertas para a terceira idade, projeto baseado nas experiências francesas, sustentado numa proposta de educação permanente e voltado para o desenvolvimento de potencialidades e de novos projetos de vida (SALGADO apud PALMA, 1999).

As primeiras experiências de educação permanente (ou continuada) para idosos no Brasil desenvolveram-se no Sul. Alguns trabalhos, além de pioneiros, são referências, dentre os quais se destacam os da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Na década de 1990, esses programas se multiplicaram por todo o país. As pesquisas de Néri (1996), Sá (2006), Palma (2000), Cachioni (1999) e Goldman (1998) são referências importantes para o conhecimento da especificidade desses programas. No geral visam à atualização de conhecimentos, aperfeiçoamento de conteúdos

disciplinares, educação para a cidadania, atividades socioculturais e repasse de conhecimentos, visando a uma melhor qualidade de vida da população idosa.

5.2.2.1

A Universidade Aberta à Terceira Idade, da Universidade Federal do Espírito Santo

A Universidade Aberta à Terceira Idade na Universidade Federal do Espírito Santo (UNATI/UFES) é um programa permanente de extensão universitária implantado em outubro de 1996, vinculado ao Departamento de Serviço Social. Apresenta como proposta básica uma ação pedagógica fundamentada na perspectiva de Educação para a Cidadania e como objetivos específicos: contribuir para consolidar a Política Nacional do Idoso no Espírito Santo; consolidar e criar espaços de convivência voltados para a população idosa; propiciar o aprofundamento de temas gerais e específicos relacionados à questão da velhice; oportunizar o desenvolvimento de ações socioculturais favorecedoras da construção da identidade do idoso na sociedade; viabilizar oportunidade de vivências facilitadoras da socialização, criatividade e entretenimento; contribuir para a melhoria do padrão biopsicossocial do idoso; fortalecer o processo organizativo dos grupos e contribuir para a emergência de sujeitos coletivos e possibilitar a relação intergeracional com vistas à troca de informação e experiências.⁴⁰

A primeira turma da UNATI/UFES foi formada por lideranças de grupos de convivência do município de Viana (da região metropolitana da Grande Vitória) por meio de uma parceria com a Ação Comunitária do Espírito Santo (ACES).

O programa funciona às quintas-feiras, no horário das 14 horas às 17 horas, no período letivo da Universidade. Desenvolve suas atividades didático-pedagógicas pela oferta de oito módulos semestrais, cujo conteúdo programático básico gira em torno dos seguintes temas: Educação em Saúde; Qualidade de Vida; Memória, História e Cultura; Participação Social na Terceira Idade; Oficina de Artes; Velhice e Sociedade; Corpo em Movimento e Atualização de Conhecimentos.

⁴⁰ Confronte GOMES, Maria das Graças Cunha. **Universidade Aberta à Terceira Idade**: UNATI/UFES. CCJE –DSS/UFES. Vitória-ES, 1996. Projeto de Extensão.

Há uma demanda grande. Cerca de 200 alunos participam regularmente do programa, ou seja, freqüentam todos os módulos ofertados. O critério de seleção é pela ordem de chegada e há sempre uma lista de espera o que demonstra a necessidade de ampliação de programas dessa natureza.

O perfil dos alunos da UNATI/UFES é bem diversificado. Há pessoas com grau de escolarização muito baixo e outros com formação universitária. O nível socioeconômico também é diversificado, porém predominam participantes do sexo feminino de camadas médias, embora haja um expressivo contingente de participantes de camadas populares, principalmente participantes de grupos de convivência.

A equipe de professores (coordenadores de módulos) é formada por três professores do Departamento de Serviço Social e profissionais especializados nas áreas de abrangência do Programa, cedidos pelas respectivas instituições ou ainda por participantes voluntários.

Por se tratar de campo de estágio institucional do Departamento de Serviço Social, alunos estagiários compõem a equipe de trabalho.

A UNATI/UFES tem sido uma experiência gratificante⁴¹ que tem possibilitado uma troca pedagógica e subjetiva enriquecedora, tanto para os alunos participantes como para os professores; no entanto, o programa possui fragilidades que dificultam em muito o seu funcionamento. Uma dessas fragilidades é a falta de recursos materiais, humanos e administrativos. Do ponto de vista da produção de conhecimento, tem desenvolvido pouca pesquisa, inclusive quanto à efetividade da sua ação com os participantes, por não ter um acompanhamento da atuação do idoso egresso.

Não obstante essas fragilidades, a UNATI/UFES tem-se constituído como um programa-referência no Espírito Santo, por ser a única iniciativa pública no âmbito do ensino/extensão, o que tem possibilitado uma participação ampliada de pessoas oriundas de diversas camadas socioculturais e econômicas. Constitui-se na realização de *um grande sonho* de muitos participantes para quem a Universidade sempre foi algo muito

⁴¹ Falo como Professora participante do Programa desde a sua fundação e como coordenadora até o meu afastamento para o doutorado.

distante. Agora, ao ter essa possibilidade de acesso, encontram uma nova condição de cidadania, tanto no que se refere ao pertencimento, como na aquisição de um novo espaço nas relações familiares por “[...] agora poder discutir certos temas em casa”.⁴²

O quão importante este programa pode se constituir na vida social mais ampla da pessoa idosa, ainda carece de estudos e demonstrações empíricas. Algumas iniciativas, porém, estão sendo tomadas, entre as quais se pode apontar um projeto junto aos egressos – ação multiplicadora dos conhecimentos adquiridos – o que pode conferir um novo sentido aos participantes. Esses resistem em se desvincular após o cumprimento dos módulos, exatamente pelo significado do programa nas relações sociais e afetivas como, (acredita-se), pela falta de uma perspectiva de inserção social a partir dos insumos adquiridos. De qualquer forma, pode-se colocar a UNATI/UFES como um horizonte possível para novas investidas⁴³. Se isso não é algo ainda claro ou desejado para o segmento como um todo, conforme se deduz pela experiência cotidiana – agora comprovada pela pesquisa –, o programa tem o mérito de equilibrar uma proposta teórico-metodológica relevante no concernente a uma pauta baseada em temas emancipatórios, com uma valorizada dimensão do acolhimento e expansão subjetiva.

5.2.3

O Fórum Pró-cidadania do Idoso de Vila Velha (ES)

Vila Velha (ES) é o maior município do Estado do Espírito Santo. Com uma população de 400 mil habitantes aproximadamente e um crescimento acelerado, tem uma significativa história de organização popular que se inicia em 1958. A partir de 1968, várias associações de bairro se organizam e, na década de 1970, formam o Movimento Comunitário de Vila Velha. Historicamente, não obstante as situações em que esses movimentos (associações de bairros), a exemplo do que ocorre em outras organizações comunitárias no Brasil – que se constituem no braço avançado do poder público municipal, reproduzindo práticas clientelistas e cooptadoras –, o movimento popular de Vila Velha tem ocupado espaços de resistência e interlocução com os poderes

⁴² Referência à apropriação de determinados temas nas pautas de discussão decorrentes da conjuntura mediante depoimentos apresentados em sala de aula.

⁴³ Entendendo-se naturalmente essas novas investidas como projetos societários de cunho mais político ou pelo menos fomentadores de maior acessibilidade de direitos.

constituídos para ampliar e consolidar práticas democráticas e garantir acesso à partilha dos bens sociais devidos às suas comunidades.

O segmento idoso de Vila Velha tem como marco organizativo, ações governamentais ocorridas em 1976, como resultado das propostas institucionais anteriormente citadas. Inicialmente, concentrados em uma Comunidade, dois projetos foram implantados: o projeto Grupo de Idosos e o Projeto Interpretação Previdenciária. Os dois projetos eram apoiados pela Secretaria Estadual de Bem-Estar Social (SEBS), Fundação Legião Brasileira de Assistência (FLBA), Fundação Cultural (Teatro Carlos Gomes), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Fundo do Trabalhador Rural (FUNRURAL) e Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).⁴⁴

A dinamização de Grupos de Idosos desenvolveu-se com os Movimentos Comunitários, por intermédio da SEBS, dentro do Programa de Ação Social e Comunitário, cujas atividades foram integradas com o Centro de Serviço Social do INPS.⁴⁵

De acordo com os documentos consultados por Silva; Penha; Celestino (1999), como forma de racionalizar os recursos e oferecer uma maior participação de idosos nas atividades, foram formados vários grupos que se organizavam em torno de atividades culturais, artísticas, recreativas, educativas e ocupacionais.

Em 1997, já funcionavam 18 grupos. O Projeto Conviver é implantado no município em 1988, decorrendo dele a ampliação da formação de grupos.⁴⁶

O Movimento Social do Idoso em Vila Velha segue pautado na orientação institucional pela via do Projeto Conviver, em convênio com a Secretaria Municipal de Ação Social, mas também integra o movimento mais amplo de organização comunitária do Município, no momento em que deflagra lutas por conquistas de direitos sociais, como a

⁴⁴ Confronte SILVA, Adriana; PENHA, Kelid; CELESTINO, Maria Goreth. **O processo de organização dos idosos em Vila Velha: uma história em construção**. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1999.

⁴⁵ ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura e do Bem-Estar Social. **Relatório Anual de Atividades**. Vitória, 1976.

⁴⁶ Confronte SILVA, Adriana; PENHA, Kelid; CELESTINO, Maria Goreth. **O processo de organização dos idosos em Vila Velha: uma história em construção**. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1999.

isenção do pagamento de tarifa municipal no sistema de Transporte Coletivo para pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, além de aquisição e manutenção de um centro de Convivência.

A década de 1990 é um marco nesse processo de organização social dos idosos uma vez que possibilita aos grupos uma maior articulação em torno de atividades, a maioria proposta pelo poder público, como forma de dar visibilidade e alguma dinamização à Política Nacional do Idoso. A maioria das ações está voltada para festividades, comemorações de datas alusivas e concursos de Miss 3ª. Idade.

O Fórum Pró-cidadania do Idoso de Vila Velha emerge após a realização de uma *Caminhada pelo Envelhecimento Saudável*, em setembro de 1997, evento de abrangência Nacional, de grande visibilidade.

Após a realização do evento, que contou com cerca de 500 participantes, a comissão organizadora com os grupos representados realizaram uma avaliação, na qual surgiu a necessidade de os grupos continuarem a se reunir, iniciando, então, um processo de articulação que seria fundamental para consolidar e organizar, em Vila Velha, o movimento social da pessoa idosa.

O Fórum Municipal Pró-implementação da Política Nacional do Idoso em Vila Velha é constituído por dois representantes de cada grupo de idosos e representantes de entidades, como a Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania (órgão promotor da Caminhada Saudável e Coordenador do Programa do Idoso no Estado), Universidade Federal do Espírito Santo e Prefeitura de Vila Velha.

Segundo Paz (2001), se os Conselhos de Idosos são os instituídos (legalmente constituídos), os Fóruns do Idoso, particularmente os Fóruns da Política Nacional do Idoso, seriam os instituintes, instâncias ou assembléias da sociedade para promover o debate ampliado, encaminhar propostas ou sugestões de políticas e ações públicas ou desenvolver ações. Nas suas considerações, os Fóruns tornam-se o espaço mais amplo de participação do conjunto entre organizações governamentais e não-governamentais, profissionais, pessoas interessadas e os próprios idosos, com capacidade para

estabelecer uma articulação com os Conselhos em que ambos se constituem como espaços privilegiados de promoção de maior participação social do idoso.

O Fórum Pró-implementação da Política Nacional do Idoso em Vila Velha inicia, então, a partir de 1997, um processo de formação das lideranças dos grupos. Constitui-se num interlocutor dos órgãos públicos, principalmente da Secretaria Municipal de Ação Social. Passa a se representar em outras instâncias de caráter organizativo, a acompanhar as discussões públicas de interesse do segmento idoso (no caso, Conferências Municipais, Audiências Públicas, Orçamentos Participativos, Projetos Legislativos), mas principalmente inicia a discussão de uma proposta de Política Municipal do Idoso. Essa iniciativa consome muito tempo e energia nos embates com o poder público, mas ao mesmo tempo, contribui para ampliar o exercício da cidadania e do amadurecimento político dos seus membros.

Além de integrar o Conselho Municipal, o Fórum é dele um parceiro nos encaminhamentos de ações públicas de interesse do idoso.

Com uma pauta de reuniões mensais, em que cada Grupo de idosos de Vila Velha se faz representar, o Fórum tem sido não apenas um grande articulador e um interlocutor atento junto ao poder público na esfera administrativa e legislativa, mas um dos principais fomentadores da Política Municipal do Idoso, sancionada, mas com pouca efetividade. Além do mais, esse é um espaço de troca de experiência e informações entre os grupos, e de programação de atividades socioculturais, quando essas envolvem ações mais ampliadas. No entanto, o Fórum ainda não se coloca no conjunto e no cotidiano dos grupos que representa como uma instância fomentadora do controle social, mas como órgão intermediário de demandas junto ao poder público, conforme veremos no resultado da pesquisa.

5.2.4

Os Conselhos de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Entre os vários espaços citados, os conselhos se manifestam como uma modalidade de participação democrática mais ampliada, por possibilitar uma interferência da sociedade

civil nas políticas governamentais e com isso fomentar um equilíbrio maior na correlação de forças que se estabelecem nas relações Estado x sociedade.

Os autores consultados sobre Movimentos Sociais e Democracia no Brasil são unânimes em afirmar que a sociedade civil conquistou um novo *locus* de interferência na soberania e autoritarismo do Estado, redefinindo processos e práticas institucionais arbitrárias e muitas vezes contrárias aos interesses das camadas subalternas. Trata-se de um exercício democrático capaz de alterar a correlação de forças no jogo político dominante, conferindo mais poder ao cidadão. O Poder Local, conforme Gohn (2003) foi definido como sinônimo de força social organizada, como forma de participação da população na direção do que tem sido denominado *empowerment*.

É um exercício que possibilita ao cidadão, em seus espaços organizativos (esfera pública), o controle social sobre as instâncias público-estatais. Essas modalidades participativas estão compondo uma pedagogia que possibilita ao cidadão um redimensionamento do seu potencial sociopolítico e formatando uma nova ordem em que o jogo de força se torna mais claro e as estratégias mais permeáveis aos interesses dos dominados.

Segundo Santos (2002, p. 57), os atores que implantaram as experiências da democracia participativa colocaram em questão uma identidade que lhes fora atribuída externamente por um Estado colonial ou por um Estado autoritário e discriminador. Reivindicar direitos de moradia e bens públicos, de participação e de reivindicação do reconhecimento da diferença implica questionar uma gramática social e estatal da exclusão e propor, como alternativa, outra mais inclusiva.

É o que Raichelis (2000, p. 83) coloca ao referir-se à Esfera Pública como “[...] via fecunda de revalorização da Sociedade Civil”. Trata-se de uma nova esfera que reduz a onipotência do Estado e aumenta o espaço decisório da sociedade civil.

Tatagiba (2002, p. 47 e 63), em estudos sobre os Conselhos Gestores, define-os como “[...] a invenção partilhada de novos formatos e desenhos de políticas”. Refere-se às características que transformam os conselhos gestores em arranjos institucionais inéditos. A autora problematiza, contudo, as dificuldades dos Conselhos, sobretudo,

pela centralidade do Estado na definição das políticas e das prioridades sociais (a recusa do Estado em partilhar o poder de decisão), mas paralelamente defende que esses assumem hoje, no Brasil, uma importante função pedagógica “[...] na reinvenção dos padrões de convivência democrática”.

De acordo com Gohn (2003), podemos diferenciar três tipos de conselhos no cenário brasileiro do Século XX: *os criados pelo próprio poder público executivo*, para mediar suas relações com os movimentos e com as organizações populares; *os populares*, construídos pelos movimentos populares ou setores organizados da sociedade civil em suas relações de negociações com o poder público; e *os institucionalizados*, com possibilidade de participar da gestão dos negócios públicos criados por leis originárias do poder legislativo, surgidos após pressões e demandas da sociedade civil.

Sabemos que os conselhos no Brasil vêm de um longo processo de organização e crescimento dos movimentos populares. Essa forma de partilha de poder é potencializada na década de 1980, principalmente após a Assembleia Nacional Constituinte. Nos anos de 1990, várias políticas públicas são instituídas, tendo como exigência para a sua execução a existência de Conselhos pluralistas (abrigo um amplo leque de segmentos da sociedade na sua representação) e paritários, com igualdade numérica de representação entre o poder público e a sociedade civil, na sua composição.

Não se pode afirmar que esses dois componentes do modelo de conselhos que se institucionaliza no Brasil, a pluralidade e a paridade, sejam a garantia do controle social da gestão pública, pela Sociedade Civil. Dagnino (2002), em análise sobre a construção democrática pela sociedade civil, expõe as contradições e a fragmentação desse processo. Chama a atenção para a natureza tensa da relação entre Estado e Sociedade Civil, destacando que a clivagem estrutural entre Estado e Sociedade Civil não é suficiente para entender as suas relações e deve ser combinada com outras clivagens que não necessariamente coincidem com ela, mas a atravessam. Considera que avaliar o impacto da sociedade civil sobre o desempenho dos governos é uma tarefa que não pode se apoiar num entendimento abstrato dessas categorias como compartimentos separados, mas precisa contemplar aquilo que as articula e as separa, inclusive aquilo que une ou opõe as diferentes forças que as integram, os conjuntos de interesses expressos em escolhas políticas.

Há muitos estudos e análises sobre essa questão. Dagnino (2002), Tatagiba (2002), Gohn (2003), Raichelis (2000), Paz (2001) Teixeira (2000) e Carvalho (2000), entre outros, são autores que desenvolvem uma pertinente análise sobre o tema. A debilidade política dos membros da sociedade civil, a falta de informação, mecanismos de cooptação, entre outros, constituem-se em algumas das principais fragilidades que se apontam nesses espaços. De qualquer forma, não se pode deixar de reconhecer o exercício democrático que se instaura com a emergência dos Conselhos. De acordo com Teixeira (2000), os conselhos refletem a entrada em cena de novos atores sociais: movimentos sociais, associações e entidades profissionais. Considera que esses, como resultantes de uma prática social anterior fortalecem a sociedade civil; que não apenas passam a ter acesso a informações sobre os diversos setores que são objeto nas políticas públicas, como também influenciam sua formulação e delas participam. Ressalta, porém, que a efetivação do papel que se espera dos conselhos depende do processo de formação dos seus componentes e do caráter de representação que é exercida.

Os conselhos da pessoa idosa são estruturados predominantemente no âmbito da defesa de direitos. A sua organização segue o modelo de conselhos gestores. Geralmente decorre de iniciativas do poder público que restringe muito o poder da sociedade civil e, em muitos casos, não admite o caráter deliberativo nas decisões que dizem respeito à gestão de políticas públicas.

A criação e disseminação desses conselhos (não obstante a existência anterior de alguns) decorrem da Lei n.8.842/94 que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Paz (2001) desenvolve uma análise muito abrangente sobre a efetividade desses conselhos em âmbito nacional. Analisa as dificuldades geradas pelo veto ao conselho nacional quando se deu a aprovação da Lei n.8.842/94 e o que disso resultou quanto à fragmentação e orientação diversificadas das propostas e formulações em âmbito estadual e/ou municipal. De todo modo, a instalação de conselhos estaduais e municipais tem aumentado muito, à proporção que é ampliado o debate sobre a questão, e a Política Nacional do Idoso ganha mais visibilidade e espaço na agenda pública, com a aprovação do Estatuto do Idoso (Lei n.10.741/2003) que, no seu art. 7º, define: “Os conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na Lei n.8.842, de 4 de janeiro de 1994, zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei” (BRASIL, 2003, não paginado).

Sobre as atribuições dos conselhos, estes atuam, de um modo geral, na defesa dos direitos, na participação junto poder público quanto à formulação de diretrizes programáticas e orçamentárias, no acompanhamento de políticas públicas, na recepção e encaminhamento de denúncias de maus-tratos praticados contra idosos, na mobilização e articulação do segmento para deliberações, manifestação de protestos e/ou apoio em face das questões específicas de interesse do idoso.

No Estado do Espírito Santo, ainda são poucos os conselhos instalados, principalmente nos municípios de menor porte onde a demanda por participação em outros conselhos definidos em lei, como no caso, os da Saúde, Assistência, entre outros, sobrecarregam os técnicos que geralmente representam o poder público nessas instâncias. Atualmente existem 25 conselhos municipais (dos quais 10 ainda não se encontram em pleno funcionamento) e 1 estadual.⁴⁷

Conforme já enfatizado, essa é uma prática recente, o que tem causado um descompasso no poder decisório, mesmo havendo uma composição paritária. A pouca experiência participativa, a falta de formação específica, a falta de informação dos *nós* burocráticos, sem falar na manipulação e cooptação, têm sido alguns elementos dificultadores da autonomia – pressuposto fundamental no exercício de um conselho. De qualquer forma, o avanço é inquestionável. Trata-se, como diz Teixeira (2000), de uma nova institucionalidade. O autor toma de Telles (1994) o que coloca a seguir: É

[...] uma institucionalidade que vai se construindo entre regras formais e informais de convivência pública, sob formas codificadas ou não, permanentes ou descontínuas, mas que de alguma forma projetam os direitos como parâmetros públicos, que balizam o debate sobre o justo e o injusto, o legítimo e o ilegítimo, nas circunstâncias e acontecimentos que afetam a vida de indivíduos, grupos, classes e mesmo de uma população inteira. Uma institucionalidade que exige a quebra de monopólio de velhos atores: governo, parlamento, judiciário, grupos de pressão (TELLES, apud TEIXEIRA, 2000, p. 104).

Os espaços descritos fazem parte do universo associativo das mulheres idosas que entrevistei. Devem ser entendidos a partir das contradições expostas, mas também das

⁴⁷ Criado pela Lei n. 5.780, de 22 de dezembro de 1998.

enormes possibilidades que o exercício democrático coloca para a constituição de sujeitos autônomos.

Entre as diversas orientações, ou motivações, como se pode apreender de outros estudos realizados, figuram dimensões importantes para a subjetividade feminina. Há uma permanente busca de afirmação de identidades por meio do redirecionamento de projetos de vida no âmbito da cultura, da sociabilidade e de estilo de vida, conforme demonstram DEBERT (1999), BARROS (1998; 2004a; 2004b) e ALVES (2004), entre outros.

Se essa é a dimensão mais evidente, não se pode obscurecer que há uma ampliação da responsabilidade social e do compromisso político de lideranças no acompanhamento da gestão pública no que concerne aos projetos de interesse do segmento idoso. Daí porque esses espaços encontram sustentação na orientação teórica sobre os processos democráticos, conforme exposto no item que versa sobre os conselhos. Recoloca-se ainda a pertinência de pensá-los como o lugar antropológico de Augé (2005, p. 51) sendo simultaneamente “[...] princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa”. Para os protagonistas da cena cotidiana desses espaços, de um modo geral, talvez ainda não esteja claro o alcance e o significado do que estão incorporando para a assunção de papéis – que talvez nem sejam novos –, mas certamente se reconfiguram numa dimensão da qual ainda não se tenham apropriado devidamente. Para nós, observadores, ou agentes institucionais, contudo, esses espaços não se esgotam nas suas representações mais imediatas. O alcance deles ainda não está devidamente dimensionado. A busca de conhecer essa dimensão deve ainda ser objeto de renovadas investidas. E é desse interesse que advém este estudo.